

PESCADORAS E PESCADORES ARTESANAIS SILENCIADOS: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DO DERRAMAMENTO DE PETRÓLEO NAS COMUNIDADES PESQUEIRAS EM PERNAMBUCO

SILENCED ARTISANAL FISCHERWOMEN AND FISHERMEN: SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPACTS OF THE OIL SPILL ON FISHING COMMUNITIES IN PERNAMBUCO

PESCADORAS Y PESCADORES ARTESANALES SILENCIADOS: IMPACTOS SOCIALES Y AMBIENTALES DEL DERRAME DE PETRÓLEO EN LAS COMUNIDADES PESQUERAS DE PERNAMBUCO

SILVA, Beatriz Rocha Lins da

RODRIGUES, Gilberto Gonçalves

RESUMO

Em agosto de 2019 manchas de petróleo cru atingiram a costa de todos os estados do nordeste do Brasil, afetando o modo de vida de milhares de pescadores artesanais, caracterizando assim a maior tragédia socioambiental em extensão do país. Com isso, o presente trabalho objetivou verificar a visão dos/as pescadores/as diante dos impactos causados pelo derramamento de petróleo; avaliar o papel na mídia em ressaltar o racismo ambiental sofrido por pescadores/as; identificar as ações mitigatórias do estado (Federal, Estadual e Municipal) durante o período de crise. Para tal, foram aplicados formulários eletrônicos do "Google docs" e feitas análises das reportagens e das publicações nos diários oficiais (D.O) relativas ao petróleo. 44 pescadores/as de diversas regiões do litoral de Pernambuco deram retorno dos questionários. As análises das reportagens e dos D.O resultaram em um total de 424 publicações sobre o petróleo no período de 31 de agosto a 31 de dezembro de 2019. Os resultados indicaram que os impactos sobre os/as pescadores/as artesanais foram agravados não só pela invisibilidade e o descaso promovido pelo governo, como também, pela grande mídia que não dá voz dos principais atores sociais e potencializa o racismo ambiental sofrido pelos integrantes da pesca artesanal.

Palavras-chave: Desastre. Pesca. Racismo Ambiental. Vazamento de Óleo.

ABSTRACT

In August 2019, crude oil slicks reached the coast of all the states of Northeast Brazil, affecting the way of life of thousands of artisanal fishermen, characterizing the largest socio-environmental tragedy in the country. Thus, the work aims to verify the fishermen's view about the impacts caused by the oil spill; evaluate the role in the media in highlighting the environmental racism suffered by fisher; identify the state's mitigatory actions (Federal, State and Municipal) during the period of crisis. For this propouse, electronic "Google docs" forms were applied and were made analysis of reports and publications of oil in official journals (D.O). 44 fishers from various regions of Pernambuco's coastline returned questionnaires. The analysis of the reports and D.O resulted in a total of 424 publications on oil in the period from August 31 to December 31, 2019. The results indicate that the impacts on artisanal fishers were aggravated not only by the invisibility and neglect promoted by the government, but also by the great media that withdraws the voice of the main social actors and potentiates the environmental racism suffered by the members of artisanal fishing.

Keywords: Disaster. Fishing. Environmental Racism. Oil spill.

RESUMEN

En agosto de 2019, una marea negra golpeó la costa de todos los estados del nordeste de Brasil, afectando el modo de vida de miles de pescadores artesanales, caracterizando la mayor tragedia social y ambiental del país en extensión. Con ello, el trabajo pretende verificar la visión de los pescadores sobre los impactos causados por el derrame de petróleo; evaluar el papel de los medios de comunicación para destacar el racismo ambiental que sufren los pescadores y las pescadoras; identificar las acciones de mitigación del estado (Federal, Estatal y Municipal) durante el período de crisis. Para ello se aplicaron formularios electrónicos "Google docs" y se hicieron análisis de informes y publicaciones del petróleo en revistas

oficiais (D.O). 44 pescadores de varias regiones del litoral de Pernambuco devolvieron los cuestionarios. El análisis de los informes y del D.O dio como resultado un total de 424 publicaciones sobre el petróleo en el período comprendido entre el 31 de agosto y el 31 de diciembre de 2019. Los resultados indican que los impactos sobre los pescadores artesanales se vieron agravados no sólo por la invisibilidad y el descuido promovidos por el gobierno, sino también por los grandes medios de comunicación que retiran la voz de los principales actores sociales y potencializan el racismo ambiental que sufren los miembros de la pesca artesanal.

Palabras clave: Desastre. Derrame de petróleo. Pesca. Racismo ambiental.

INTRODUÇÃO

Em 30 de agosto de 2019, manchas de petróleo cru começaram a chegar a costa brasileira atingindo os seus nove estados do nordeste e dois do sudeste. Foram mais de 5 mil toneladas de petróleo coletados em cerca de 1.009 localidades (IBAMA, 2020), dentre praias, estuários, rios e manguezais, ocupando mais de 3000 km da costa brasileira no que estava se configurando a maior tragédia socioambiental em extensão no País (SOARES et al., 2020) e a maior em extensão por derramamento de petróleo cru do Atlântico Sul (INTERVOZES, 2020).

Somente dentre os ecossistemas, Escobar (2019) menciona que áreas de altíssima biodiversidade, como as praias, recifes de corais, estuários e áreas sensíveis, como os manguezais, foram atingidas pela chegada das manchas de petróleo e, entre elas, 55 Áreas de Proteção Ambiental (MAGALHÃES et al., 2020). Deste modo, o petróleo chegou em áreas como a APA Costa dos Corais, que abrange os estados de Alagoas e Pernambuco, sendo esta a primeira APA estabelecida pelo governo federal (SOARES et al., 2020), além do o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, que protege o maior recife de corais do Atlântico Sul (MAGRIS e GIARRIZZO, 2020).

No entanto, os maiores impactos não foram apenas ambientais, a sociobiodiversidade dos povos que vivem do mar e, sobretudo, das populações situadas nos nove estados do Nordeste do Brasil – território que detém características demográficas únicas (SOARES et al., 2020), sofreu com os impactos diretos em vários âmbitos e, em especial, no modo de vida das mais de 500 mil famílias (RAMALHO, 2019). Famílias estas que, desde o primeiro momento, foram vítimas e as principais atingidas nas comunidades e povos tradicionais que vivem do mar (INTERVOZES, 2020).

Estudos indicam que estas tiveram suas rendas, segurança alimentar, saúde e territórios afetados (MAGRIS e GIARRIZZO, 2020; PENA et al., 2020; RAMALHO, 2019; ARAÚJO, 2020), de modo a provocar consequências, ainda não conhecidas em sua totalidade na vida das mesmas. Alguns estudos preliminares de Ramalho (2019) e Araújo (2020), desenvolvidos no momento do desastre, demonstraram que tais impactos foram sentidos tanto nas comunidades, que foram diretamente atingidas pelo petróleo, quanto nas que não foram. Dentre as ocorrências mais fortes foram citadas a queda brusca na venda dos pescados e na renda familiar, a insegurança alimentar, a proibição da pesca e a exposição aos contaminantes. Dessa forma, é colocado em evidência que tais territórios não são apenas locais paisagísticos de beleza ímpar como praias e restingas, mas são territórios pesqueiros e apesar de tantos efeitos nocivos à continuidade da vida, a resposta governamental foi lenta e ineficaz (SOARES et al., 2020). A ação pouco ágil e ineficiente do governo foi evidenciada em alguns estudos por fatores como cortes orçamentários (ABESSA, FAMÁ e BURUAEM, 2019). A instauração da medida provisória nº 908 em 29/11/2019, que regulamenta o auxílio de seguro defeso, e que para além de tardia, usou como referência o RGP (Registro Geral da Pesca), não atualizado desde 2012, deixou inúmeros pescadores sem o devido auxílio (REIS-FILHO e QUINTO, 2020). Além disto, houve a não declaração do Estado de Emergência em Saúde Pública, que serve para proteger a população dos efeitos dos componentes tóxicos (PENA et al., 2020) e assim o atraso na implantação do Plano Nacional de Contingência (SOARES et al., 2020) foram entre outras ações - irremediáveis.

A história do ofício dos povos que vivem do mar em Pernambuco é pautada como um trabalho, que inicialmente foi realizado por brancos pobres, indígenas e, principalmente, por escravos (de aluguel ou de ganho) e ex-escravos (RAMALHO, 2017), que após a abolição da escravidão, encontram nos recursos pesqueiros modos de subsistência. Em vista disso, e da história da escravidão no País que é de base racista e

colonial, hoje, algumas comunidades pesqueiras tradicionais chegam a ter cerca de 90% da sua população composta por negros (PENA et al., 2019) e pardos e as consequências desse desastre em grandes proporções como o derramamento do petróleo recaem mais uma vez sobre as populações negras, marginalizadas e vulnerabilizadas socialmente.

A pobreza nas comunidades pesqueiras possui fatores multidimensionais (REIS-FILHO e QUINTO, 2020) e uma de suas raízes é o racismo ambiental que, segundo Cidreira-Neto e Rodrigues (2018) é a causa da invisibilidade e exclusão, não apenas do pescador artesanal, mas de todas as práticas da pesca. O racismo estrutural, institucional, sanitário e, principalmente ambiental, tem se caracterizado nas fragilidades das políticas públicas no país (PENA et al., 2020 apud PACHECO, 2013) para uma determinada população, permitindo que essas pessoas fossem invisibilizadas em grande parte do incidente com o petróleo, ainda que, as temáticas a serem abordadas fossem de pleno interesse para a vida e o território das mesmas.

Enquanto as políticas públicas vêm sendo fortemente posicionadas para priorizar os setores privados e a pesca industrial, a pesca artesanal se apresenta como modo de vida sustentável fundamental para contribuir com a mudança do modelo hegemônico e tornar a economia global mais sustentável (CASTRO et al., 2013). Ademais, é importante evidenciar que outros fatores sociais reproduzem os espaços de exclusão em relação às comunidades artesanais. Nesse estudo, foi elencado a grande mídia, que atua na corriqueira exclusão das camadas vulneráveis da sociedade (INTERVOZES, 2011) e vai de acordo com os interesses governamentais e das classes sociais mais altas nos veículos mais tradicionais. Neste sentido, o presente trabalho visou analisar os impactos do derramamento de petróleo nas comunidades pesqueiras de Pernambuco e o papel da mídia na invisibilidade dos pescadores e pescadoras frente ao desastre. Dessa forma, os objetivos específicos visam (i) verificar a visão dos pescadores/as diante dos impactos causados pelo derramamento do petróleo; (ii) avaliar o papel da mídia como forma de ressaltar o racismo ambiental sofrido por pescadores e pescadoras artesanais; (iii) identificar as ações mitigatórias do estado no âmbito federal, estadual e municipal, durante o período de crise mais acentuada (agosto a dezembro 2019).

ÁREA DE ESTUDO

O território delimitado partiu das comunidades pesqueiras situadas no litoral de Pernambuco, das quais foram atingidas direta ou indiretamente, pela chegada do petróleo à costa (Figura 1), no segundo semestre de 2019.

Figura 1 - Mapa da costa brasileira evidenciando os municípios atingidos (em vermelho) e localidades (em preto) pelo petróleo.



Fonte: Ibama, 2019

O litoral pernambucano possui cerca de 187 km² de extensão e abarca 21 municípios, onde estão situados em áreas de grande valor ambiental, social e econômico. São 14 regiões de estuário, que são formadas onde desembocam 27 rios e que abarcam uma área de 27.347 hectares (PEDROSA, 2016), as áreas mais ricas, responsáveis por 60% do pescado produzido no estado (LIRA et al., 2010) e sensíveis, que são os manguezais, são encontradas em 15 municípios.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: COLETA DE DADOS

A pesquisa consistiu de metodologia exploratória, com a coleta de dados dividida em três etapas. Na primeira, para analisar as ações mitigatórias promovidas pelo setor público, foram coletados dados secundários por meio de Diários Oficiais (D.O) do Governo Federal www.in.gov.br/servicos/diario-oficial-da-uniao, www.gov.br/pt-br/noticias/meioambiente-e-clima, do estado de Pernambuco www.cepe.com.br/ e do Município de Recife www.cepe.com.br/prefeituradiario/ (nos demais municípios do estado não houve publicações), durante o período de 31 de agosto a 31 de dezembro de 2019, período mais crítico do desastre no litoral Pernambucano. Para esta busca, em cada publicação foram pesquisadas as palavras “mancha”, “óleo”, “petróleo” e “pesca”. Nas quais, cada reportagem sobre o desastre foi contabilizada e analisada qualitativamente de acordo com (i) a presença ou não da palavra “pesca”; (ii) se a mesma era direcionada à atividade pesqueira e (iii) se possuía participação/depoimento de algum trabalhador/a da pesca.

Na segunda etapa, para contabilizar e investigar as notícias divulgadas relativas ao desastre pela mídia jornalística, foram coletados dados dos quatro principais jornais de veiculação de massa do Estado de Pernambuco: Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, Folha de Pernambuco e G1 Pernambuco, através da plataforma Google www.google.com.br/ com filtro temporal aplicado para o período 31 de agosto à 31 de dezembro de 2019. Para estas análises, publicações que continham uma das palavras: “mancha”, “óleo”, “petróleo” e “pesca” foram contabilizados e analisados qualitativamente quanto a menção ou não dos pescadores; se estava direcionada à atividade pesqueira; e se existia a ocorrência de participação/depoimento de um trabalhador da pesca.

Após este período, no início de 2020, o Brasil e mundo foram acometidos pela pandemia. Devido à pandemia do vírus *Sars-Cov-2* (Covid-19), a terceira etapa que se destinou a caracterização e análise dos diferentes fatores de impacto na atividade da pesca artesanal, não dispôs de visitas à campo. Esta consistiu em um levantamento de dados por meio de formulários eletrônicos semiestruturados, aplicados através da plataforma “Google docs”.

O formulário aplicado possuiu perguntas relacionadas às características socioeconômicas da população estudada e as atuações governamentais, sociais e midiáticas no momento do desastre: (i) Nome, idade, gênero e comunidade onde reside; (ii) A pesca é sua principal atividade?; (iii) Você possui o RGP? Recebeu o auxílio (relativo ao desastre com petróleo) do governo federal?; (iv) Em meio ao desastre com petróleo, você: se sentiu mal, ansioso e com psicológico muito abalado? Passou por dificuldades financeiras e se sentiu desamparado?; (v) Em meio à crise, você continuou consumindo o pescado? Existia alguma preocupação em consumi-los?; (vi) Você acha que a mídia foi neutra ao apresentar os impactos negativos causados pelo desastre e com o descaso governamental?; (vii) Você acha que as linguagens utilizadas pela mídia para informar a população são de fácil entendimento? (viii) Você acha que a mídia foi neutra ao apresentar os impactos negativos causados pelo desastre e com o descaso governamental?; (ix) Você participou de alguma entrevista para contar sobre a situação da comunidade, da pesca ou das consequências diretas desse desastre? Se sim, para que instituição ou jornal?; (x) Conhece algum trabalhador da pesca que tenha sido entrevistado para falar sobre algum destes temas? Se a resposta for SIM para alguma das duas últimas questões, você teve acesso à essas reportagens?; (xi) A mídia pode ter influência direta na visão da população sobre o problema? Isso pode trazer consequências na visibilidade dada às causas das populações tradicionais?

O recrutamento dos participantes foi feito através de grupos de pescadores/as e contatos individuais em redes sociais, e consistiu na amostragem através método "bola-de-neve" (FERNANDES, 2011), onde cada pescador informante da pesquisa, indica outro que esteja situado na região em estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O trabalho da pesca artesanal frente ao derramamento de petróleo e o papel da mídia.

Foram obtidas 44 respostas de pescadores e pescadoras de 9 localidades do recife e região, ao questionário aplicado. Destes entrevistados 86,4% vivem exclusivamente da pesca, correspondendo a um número expressivo devido às condições adversas que a atividade exige, como tempo de dedicação exclusiva, devido à dependência das condições climáticas, como as marés, chuvas, entre outros, que são intrínsecas à atividade. Apenas 78% destes pescadores/as que vivem exclusivamente da pesca, apresentam Registro Geral da atividade de Pesca (RGP). O RGP é um artifício utilizado para a gestão sustentável da pesca bem como para legalizar aqueles que exercem a atividade (FERNANDEZ, 2015), fazendo com que o pescador tenha direitos básicos como o seguro-defeso, que é uma importante política ambiental com finalidade de assegurar a reprodução das espécies pesqueiras (NOTA PÚBLICA CPP, 2020) e propiciar a manutenção das condições mínimas financeiras de acompanhar os ciclos reprodutivos de certas espécies protegidas por lei. Em Pernambuco, até 2010, foram indicados cerca de 13.128 profissionais da pesca e do total cadastrado, 53,83% destes, possuía idade entre 31 a 50 anos e 23,10% entre 21 a 30 anos (MPA-BOLETIM RGP, 2012). É estimado que o número de pescadores/as artesanais no país esteja sub amostrado e que 30.000 pessoas dependam direta ou indiretamente do trabalho da pesca em Pernambuco (LIRA et al., 2010). Além disso, o cadastro da pesca em todo o País está desatualizado desde 2012, fato que afastou milhares de pescadores ao acesso às políticas públicas da pesca. Em relação ao desastre mais especificamente, vários pescadores ficaram sem o recebimento do auxílio fornecido pelo governo federal (REIS-FILHO e QUINTO, 2020), apenas 26% dos entrevistados, que possuem RGP e vivem exclusivamente da pesca, tiveram acesso direito, tendo que ser tomadas medidas jurídicas a fim de garantir o acesso de forma mais efetiva.

Dos entrevistados, 54,5% relataram ter passado por dificuldades financeiras, devido aos impactos diretos do derramamento do petróleo ou pela quebra da cadeia produtiva do pescado, principalmente durante o período de setembro a dezembro de 2019, período mais crucial para a costa do estado de Pernambuco, uma vez que neste momento, a chegada das manchas de petróleo se intensificou. Além disto, 56,8%, mencionaram ter estado em situação de risco, seja pelo estado psicológico abalado e/ou com sintomas de cansaço extremo (estresse emocional), tanto durante, quanto após o desastre. A injustiça ambiental se dá quando o ônus da degradação ambiental recai mais especificamente sobre uma classe social (HERCULANO, 2008). A classe dos trabalhadores da pesca, que vivem por todo o litoral nordestino, foi a mais afetada no desastre, não somente devido a sua extensão, mas também sobre a importância da atividade pesqueira, sendo a que sofreu direta e indiretamente com a falta de alimento, a ausência do seu modo e expressão de vida, a falta de dinheiro e a exclusão social, visto que suas causas foram tardiamente escutadas e não abarcadas completamente (RAMALHO, 2019).

A demora da medida provisória (MP 908/2019), a qual instituiu o auxílio emergencial da pesca artesanal, acelerou o aumento da situação de vulnerabilidade dos pescadores. Locais como Barra de Sirinhaém, Cabo de Santo Agostinho, Itapoama, Xaréu, Candeias e Ilha de Itamaracá, atingidos pelo derramamento do petróleo, são hotspots biodiversos e de grande riqueza socioambiental. O mosaico de ecossistemas encontrados, como banhados e áreas alagadiças formados pelos rios, manguezais, estuários e praias, apresentam comunidades pesqueiras com tradição histórico-cultural fortíssima, que se estabeleceram nestes locais há muitos tempo, onde mantém suas vidas em harmonia com o meio natural.

Nestes territórios, além do risco à biodiversidade local, saúde dos ecossistemas e segurança alimentar, a fragilidade financeira foi marcante na vida desses pescadores, onde, estes não podiam pescar, vender, nem consumir seus pescados. Como a pesca artesanal apresenta como característica baixo acúmulo de capital, esta

não permite guardar dinheiro para uso posterior em uma emergência (RAMALHO, 2019). Essa situação de vulnerabilidade social e baixa na venda dos pescados foi evidenciada por todo o litoral pernambucano, como ressaltado por Ramalho (2020); a baixa na venda, principalmente do marisco (*Anomalocardia flexuosa*) – um dos principais recursos pesqueiros no litoral norte, caiu de 80 a 100% e isso afetou diretamente e principalmente as mulheres marisqueiras, que em sua maioria não tiveram acesso ao auxílio do governo e que, muitas vezes, possuem dupla jornada de trabalho em casa e no mar. A pesca no mar de dentro, como chamada a pesca, que ocorre a partir dos recifes para interior do continente, foi a que sofreu maior impacto (RAMALHO, 2019), estas são praticadas em sua maioria por mulheres ou por pequenos grupos de famílias, que praticam a pesca de invertebrados, como o sururu (*Mytella* spp), ostras (*Crassostera* spp), marisco (*A. flexuosa*), siris (*Callinectes* spp), aratu (*Goniopsis cruenata*) e caranguejo-uçá (*Ucides cordatus*) e guaíamum (*Cardisoma guanhumi*), pois os habitats destes ficam mais próximas às suas casas (CIDREIRA-NETO et al., 2020). Além de toda a problemática ambiental envolvendo o impacto do derramamento do petróleo nos ecossistemas e afetando a quebra da cadeia produtiva, outro aspecto relevante a esse desastre de proporções imensuráveis foi o dilema quanto ao consumo do pescado. Embora 65% dos entrevistados afirmaram ter mantido o consumo do pescado durante o momento da crise, 76% mencionaram que deixariam de consumir pescados totalmente, caso o governo fornecesse subsídios a sua subsistência (68%). Dos entrevistados que continuaram consumindo o pescado, 72% afirmam que consumiam apesar do medo de contaminação. Contaminação esta, que afetou ambientes marinhos, rios e estuários, manguezais, que são de profunda complexidade sociocultural (RAMALHO, 2019) e ambiental, onde comunidades inteiras se desenvolveram em torno da pesca em conjunto com a natureza formando um complexo indivíduo-natureza ou sociedade-natureza (LEFF, 2001). Tal colapso gerado na cadeia produtiva do pescado influenciou, de forma excepcional, o “modus vivendi” ou modo de vida dos pescadores e pescadoras, visto que, os componentes do petróleo são fortes contaminante que podem causar a morte ou contaminação difusa dos pescados e/ou o seu consumo que passou a ser perigoso, em razão do petróleo bruto conter uma variedade de toxinas, que incluem compostos orgânicos voláteis (VOC’s) e hidrocarbonetos policíclicos aromáticos (HPA’s) (PENA et al., 2020). A falta de suporte governamental e a demora para um posicionamento técnico científico sobre a qualidade do pescado para consumo, foram prejudiciais em todos os aspectos, predominando os meios de comunicação. A difusão de informações equivocadas, como a fala do Secretário de Aquicultura e Pesca (Sr. Jorge Seif Júnior) sobre a biologia e ecologia do pescado se resume no seguinte trecho: “O peixe é um bicho inteligente. Quando ele vê uma manta de óleo ali, ele foge, ele tem medo”; “O peixe quando vê uma manta de óleo foge” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 2019). Como estas, outras falas, chamadas de senso comum, e sem base científica, também foram proferidas, estas completamente opinativas (PENA et al., 2019). Com tanta desinformação e falta de apoio, às comunidades que sofrem com a supressão de seus territórios diariamente tiveram que ser subordinadas a veiculação de inverdades até então não confirmadas, até passarem por necessidades de sobrevivência. Ramalho (2019) coloca em evidência o fato de que boa parte dos pescadores afirmaram que não iriam parar de consumir o pescado, uma vez que, deixariam de consumir seu alimento, que faz parte do seu modo de vida, para consumir “coisas” (produtos) industrializadas e/ou outros alimentos que são caros e não-naturais. Sendo estes, em sua maioria, população negra ou parda, é obstatante que o genocídio nutricional desta população negra se torna crescente, principalmente pela falta da alimentação saudável. Tornam-se como exemplo o acometimento de doenças diversas como a hipertensão – que atinge 49,3% da população preta no País e a diabetes mellitus, que ocorre de forma silenciosa levando a números imensuráveis de obtidos, porém sem serem de fato designados a sua causa principal.

Embora tardiamente alertados pela mídia, os níveis dos impactos alcançados pelo petróleo demonstraram que os governos – em diferentes esferas, deveria ter agido quanto a emergência em saúde pública, para proteger e acompanhar aqueles pescadores que continuaram consumindo os peixes potencialmente contaminados (PENA et al., 2020). A omissão gerada por falta das esferas de menor abrangência (municipal, estadual) a culpar a esfera federal, não a eximindo de sua culpa, também não agiu de forma rápida a assegurar e proteger os seus. Informações errôneas, confusas, opinativas difundidas sobre a

origem e situação de consumo do pescado foi de suma relevância para a queda brusca nas vendas de todos os peixes e recursos pesqueiros, independentemente de sua origem (RAMALHO, 2019), período de pesca, armazenamento e condições do pescado. Além do racismo ambiental, evidencia-se também o racismo alimentar (INTERVOZES, 2020) que impediu o consumo do pescado produzido pela pesca artesanal de forma indiscriminada, tornando todo o tipo de recurso de origem marinha-estuarina impróprios para o consumo.

Esta problemática poderia ter sido evitada de diversas formas tanto nos âmbitos federal, estadual e/ou municipal – que não priorizam estes trabalhadores do mar em seus direitos, que deveria ter sido evidenciado principalmente pela mídia que teve um papel fundamental para a divulgação dos impactos causados pelo derramamento do petróleo. Não obstante o papel da mídia tenha servido para alertar a problemática circunstanciada devido ao desastre ambiental, os pescadores (51,7%) mencionaram que as reportagens jornalísticas tiveram influência direta na visão da população em geral sobre a problemática do derramamento do petróleo e que isto pode ter tido sérias consequências para os problemas socioeconômicos nas comunidades pesqueiras. Outro aspecto também revelado diz respeito a participação dos pescadores/as e/ou lideranças ao acesso a difusão de informações tanto em âmbito local, regional ou nacional, 52% conferem a participação ou conhecem alguém que tenha participado de entrevistas e/ou reportagens aos veículos de comunicação. No entanto, 1/3 (31%) dos entrevistados não foram ou conhecem alguém que tenha tido acesso as entrevistas prestadas aos meios de comunicação. Coletivo Intervozes (2011) ressalta que a baixa representatividade dos povos tradicionais nos meios jornalísticos de ampla propagação não é novidade. O que pode ser determinante e norteador para uma má gestão governamental e real percepção das causas pesqueiras pela sociedade (INTERVOZES, 2020) – o que pode inviabilizá-los ou até silenciá-los na pauta que os concerne. No presente trabalho, por exemplo, não tivemos sequer uma reportagem que fosse pautada essencialmente na segurança alimentar dos pescadores, e as reportagens, mesmo pautadas em assuntos de alta relevância para a pesca com o tema “Intoxicação atinge 89 moradores” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, novembro, 2019) não citam a palavra “pescadores” em seu conteúdo. Além de questões como a baixa de 80 a 100% na venda de pescados, como por exemplo o marisco, evidenciado inúmeras vezes na fala de pesquisadores renomados como o professor Cristiano W. Ramalho da UFPE. Estes dados, se analisados de forma mais acurada podem revelar que apesar de desastres socioambientais como esses ocorridos na costa estarem se tornando cada vez mais corriqueiros no Brasil, a visibilidade que é dada às comunidades locais ainda é muito baixa. A invisibilidade imposta às pescadoras e pescadores é o ponto central da questão, digo ponto central, visto que para o capital se afirmar é preciso negar o modo de vida tradicional, as mulheres e homens das águas que historicamente tiveram sua humanidade negada, seu modo de vida desqualificado e seguem sendo usurpados até do direito de falar (INTERVOZES, 2020). Como já mencionado, o racismo ambiental e o racismo alimentar compreendem um momento propício para refletirmos sobre o racismo na mídia e/ou jornalismo em virtude dos impactos do derramamento do petróleo nas comunidades e povos tradicionais, como os pescadores e pescadoras.

As mídias jornalísticas são hoje os maiores meios de comunicação, divulgação e contato com os diversos setores da sociedade sobre o que está acontecendo no mundo, no Brasil, nos estados, cidades e até mesmo nos bairros, desde jornais locais até os nacionais. No desastre do derramamento do petróleo foi às mídias, a quem foi dado o direito à forma e conteúdo nas matérias sobre o petróleo e qual o sentido foi dado a elas. Essa análise prévia do quantitativo das reportagens não se esgota neste estudo e somente foi despertado o interesse devido à falta de veiculação das mesmas sob o olhar das principais vítimas do desastre ambiental ocorrido na costa brasileira de extensão continental. O jornalismo aplica-se como uma prática discursiva polifônica, que ouve todos os lados do ocorrido, da pluralidade dos locutores e enunciadores; o jornalismo se autorreferencia como um espaço de pluralidade (INTERVOZES, 2020);

Ao todo foram constatadas 347 reportagens dos primeiros quatro meses de ocorrência do petróleo na costa de Pernambuco. Destas reportagens, 17,2% citaram em algum momento os pescadores como sujeitos da reportagem. A primeira citação ocorreu no dia 03 de setembro de 2019, quatro dias após o aparecimento das primeiras manchas de petróleo na costa nordestina. As reportagens que mencionaram a atividade da pesca

como pauta somaram-se a 12,1%, sendo a primeira observada no dia 10 de outubro de 2019 (41 dias após o aparecimento das primeiras manchas). As publicações que possuíam participação e fala de pescadores, somaram-se 6,6%, estando a primeira publicação mencionada também no dia 10 de outubro de 2019. Na análise mensal, foi constatado que a maior parte das publicações foram feitas no mês de outubro de 2019, onde somaram-se 64% do total publicado. O mês de setembro, no entanto, consta como o de menor número de publicações, somando-se a 5,2% do total. Os meses de novembro e dezembro apresentaram 22,7% e 8,6% respectivamente, das publicações. A proibição imposta pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) ao próprio órgão ambiental – o IBAMA, de comunicar situações de emergência, inclusive à imprensa, durou 33 dias até o veiculado. Mesmo quando as matérias tratavam das consequências dos impactos do petróleo, estas focaram principalmente na vida marinha, o que também deveria ser mencionado, mas não na vida dos pescadores e comunidades locais. Como anteriormente citado no presente trabalho, houve um pico de publicações no mês de outubro 2019, segundo mês de desastre e poucas publicações trazem o impacto na população local.

AS AÇÕES PROMOVIDAS PELO SETOR PÚBLICO FRENTE AO DESASTRE

Os Diários Oficiais são jornais para a administração de órgãos do Governo; é geralmente onde as gestões tornam públicas ações, decisões, leis, resoluções ou outras temáticas de igual relevância para a sociedade. Estes estão subdivididos em Municipal (DOM), que pertence e atende às prefeituras e instituições públicas do município, Estadual (DOE), que se refere ao portador oficial das ações do estado, e da União (DOU) onde se refere às ações, leis, artigos, citações e outras atuações oficiais do governo federal. Através destes, foi possível analisar o que foi feito em relação às ações do petróleo em âmbitos federal, estadual e municipal. Ao todo, foram analisadas 76 publicações relativas ao desastre nos D.O do município (DOM), do Estado (DOE) de Pernambuco e do governo federal (DOU), no período dos primeiros quatro meses de ocorrência, compreendido entre 31 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2020. Destas, foram constatadas cinco publicações que citam de alguma forma a atividade pesqueira e onze que possuem a pesca como pauta. Nenhuma das publicações analisadas nos D.O possuíam a participação de pescadores/as. Quanto a quantidade de citações, pautas e participações de pescadores/as por número de publicações em cada D.O, o DOM da prefeitura da Cidade do Recife, apresentou um número maior de publicações pautadas na pesca (30%), proporcionalmente ao número geral de publicações sobre o petróleo, seguindo do DOE do Estado de Pernambuco (20%). O DOU do Governo Federal apresentou apenas 8,33% das suas publicações pautadas na pesca.

A primeira publicação oficial foi observada no dia 05 de outubro de 2019, 35 dias após o aparecimento das primeiras manchas na costa. Na análise mensal, foi observado que a maior parte das publicações 48,6%, se deu no mês de outubro e a menor parte delas no mês de dezembro 23,6%. Quanto às publicações que apresentaram citações e/ou menção quanto aos pescadores/as foram observadas cinco publicações ao longo dos meses do desastre. A maior parte delas (3) ocorreu no mês de dezembro, seguida do mês de outubro com duas publicações e no mês de novembro nenhuma citação foi encontrada. Quanto às publicações terem como pauta a atividade da pesca, foram encontradas onze, sendo a primeira ocorrida 53 dias após o aparecimento das primeiras manchas (22 de outubro de 2019). No entanto, no mês de novembro ocorreram seis publicações com esta temática. No pior cenário, encontra-se a participação (fala) dos pescadores e pescadoras onde não tiveram menção ao longo de nenhum dos meses. O mês de outubro, que se destacou por conter o maior número de publicações (37), e o menor número delas pautadas na atividade da pesca (2), refere-se ao acúmulo de 1.546,17 toneladas (t) de resíduos do petróleo recolhidos em 47 praias e 8 rios de 13 municípios (CPRH, 2019). O mês de dezembro que apresentou metade das publicações observadas em outubro, ainda constava com 21 localidades oleadas (IBAMA, 2019). Os números expressam uma ação governamental tardia e não contínua quanto ao desastre e suas possibilidades de gestão do risco, principalmente no tocante às comunidades pesqueiras que foram oficialmente ignoradas no primeiro mês de manchas aparecendo continuamente no litoral.

Um ponto também observado nas análises sobre as publicações dos D.O foi a constatação de que temas abordados, como a análise da contaminação do pescado e da água das praias; verbas para pesquisa e assuntos

correlatos, que possuem interferência direta na atividade pesqueira artesanal, muitas vezes não possuíam citação, pauta ou participação dos pescadores. O que pode expressar forte descaso aos trabalhadores da pesca, que historicamente são invisibilizados e discriminados pelo Estado (FOX e EFKEN, 2019). As publicações dos D.O, que foram pautadas a atividade pesqueira, foram proporcionalmente menores em relação ao número geral das que foram referidas ao petróleo. O DOU apresentou o número mais baixo de publicações, apresentando menos de 10% das suas edições pautadas na atividade da pesca artesanal. Com vista aos riscos à saúde dos 144 mil pescadores artesanais em todo o Nordeste, este se mostrou como uma comunicação oficial confusa, desorganizada, ineficaz (PENA, 2020) e não prioritária. Por consequência, a desorganização levou ao forte apelo do voluntariado, dentre eles pescadores e pescadoras, que se mobilizaram sem orientações e equipamentos necessários (EPIs), na busca de defender seus territórios (PENA, 2020), colocando em risco a integridade física e mental dos mesmos. Uma edição de 30 de outubro de 2019 no DOE, apresentou uma matéria com o título “Em reunião com deputados, Governador destaca parceria em defesa de projetos para o Estado” e nela foi observado o seguinte trecho:

“Segundo o Governador, a ausência de informações dificulta o planejamento, mas mesmo diante da falta de estrutura em relação à mobilização nacional, o Governo do Estado não tem se omitido”.

Esta nota sobre uma fala do Governador, corrobora com o estudo de Brum et al. (2020) que indica os governos municipais e estaduais mais atuantes, de forma a colaborar com o melhor que podem, mas que dependem de direção, recursos e das ações do governo federal.

Ademais, o jornal internacional “The Guardian”, que possui forte destaque na mídia externa, fez uma reportagem com o seguinte título: “Brasileiros reúnem-se para limpar praias em meio à indignação com a inação de Bolsonaro no derramamento de petróleo”. Datada em outubro de 2019 faz menção sobre a ineficiência do governo federal em investigar, mitigar e evitar maiores efeitos negativos do desastre. A matéria evidencia e denúncia com base em relatos de cientistas e voluntários, que devido os impactos econômicos, sociais e ambientais, a ação governamental foi, no momento, inadequada.

O descaso promovido pelo governo federal frente ao problema socioambiental foi evidenciado em diversos estudos de impactos relativos ao petróleo (RAMALHO, 2019; ARAÚJO et al., 2020; BRUM et al., 2020; PENA et al., 2020; REIS-FILHO et al., 2020; SOARES et al., 2020;) e demonstram que, inegavelmente, a ineficiência frente ao ocorrido é fruto de uma série de desmontes da política ambiental ocorridos no ano de 2019, onde o atual governo desmantelou políticas de proteção às comunidades tradicionais, licenças ambientais, desmatamento e com forte repercussão, o desmonte do PNC (Plano Nacional de Contingência para incidentes de poluição por óleo) em abril de 2019, quatro meses antes do desastre (ABESSA, FAMÁ e BURUAEM, 2019). Dois comitês do plano nacional foram extintos, o comitê executivo/estratégico que correspondia a competência responsável pelo seu início reivindicando que os planejadores atentem ao local que os vazamentos podem acontecer e sua frequência (GRUBESIC, NELSON e WEI, 2019) e o comitê tático/de apoio para ordem e obtenção de instrumentos para a limpeza; localização do envio e práticas funcionais, como retirada, aplicação de dispersante e queima (SOARES et al., 2020). O que a atual gestão federal menciona para tais mudanças nas leis ambientais, é que elas não devem funcionar como uma barreira contra o desenvolvimento econômico e de infraestruturas (ABESSA, FAMÁ e BURUAEM, 2019). Enfim, quando achávamos que este seria o maior desastre em extensão do Brasil, o ano de 2020 trouxe a pandemia do Covid-19, que desde então tem trazido mais de 300 mil óbitos, após um ano de constatação do vírus Sars-Cov-2, na população brasileira. O descaso continua sendo veia pulsante do cenário nacional.

CONCLUSÕES

A visão dos pescadores e pescadoras da costa do Estado de Pernambuco sobre o desastre demonstram fortes impactos sofridos pelas comunidades pesqueiras com a chegada do petróleo cru, dentre eles, puderam ser identificados com maior evidência, a vulnerabilidade financeira e alimentar. Tais impactos podem ser explicados pelo fato de que, grande parte desses pescadores e pescadoras possuem a atividade pesqueira como

única fonte de renda e a maior parte deles não foi abarcada pelo auxílio emergencial do óleo, seja por falta de informações, ausência do cadastro no Registro Geral da Pesca, ou por se situar em localidades indiretamente atingidas pelas manchas de óleo. Assim, em diversos casos, os recursos pesqueiros contaminados foram consumidos e essas famílias adentraram em uma profunda insegurança alimentar e social.

As dificuldades sentidas pelas comunidades foram intensificadas pela má gestão governamental, que não agiu de prontidão ao incidente, causando danos duradouros de implicações ainda desconhecidas em sua totalidade, por serem interligados em diversos âmbitos ambientais, políticos, midiáticos e culturais da sociedade.

A grande mídia contribuiu não somente para a invisibilidade dos pescadores e pescadoras quanto sua vulnerabilidade social, econômica e ambiental, no que tange o silenciamento de suas falas quanto ao desastre ambiental, potencializando o racismo ambiental inerente as atividades de pesca artesanal. As respostas inadequadas a este desastre, salienta a importância de estabelecer soluções de base científica para prevenir impactos severos ao longo da costa, procurando preservar os recursos ecossistêmicos, sociais e econômicos, sem excluir as populações tradicionais pesqueiras.

REFERÊNCIAS

ABESSA, D.; FAMÁ, A.; BURUAEM, L. The systematic dismantling of Brazilian environmental laws risks losses on all fronts. **Nat Ecol Evol**, 2019, v.3, p.510–511.

ARAÚJO, M.E. de; RAMALHO, C.W.N.; MELO, P.W. de. Artisanal fishers, consumers and the environment: immediate consequences of the oil spill in Pernambuco, Northeast Brazil. **Cadernos de saúde pública**, 2020, v.36, n.1, p.6.

BOLETIM do registro geral da atividade pesqueira – RGP. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, 2012. Disponível em: http://www.conepe.org.br/images/pdf/boletim_do_registro_geral_da_atividade_pesqueira2012.pdf.

BRUM, H.D; CAMPOS-SILVA, J.V; OLIVEIRA, G. Brazil oil spill response: Government inaction, **Science**, 2019, v. 367, n. 6474, p. 155-156.

CASTRO, D.; SIQUEIRA, R.; CORREIA, D.; GALVÃO, D.; RESCHKE, A. A pesca artesanal em Pernambuco: ações do governo do estado para o desenvolvimento sustentável da pesca artesanal. **Semas-PE**, Pernambuco, 2013 v.53, n. 9, p.1689-1699. Disponível em: http://www.semas.pe.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=81fb1e5d-a03d-4995-b97f-5ba7e619142e&groupId=709017.

CIDREIRA-NETO, I.R.G.; RODRIGUES, G.G. Racismo Ambiental e a Pesca Artesanal: o caso da Ilha de Deus, Pernambuco. **Guaju**, 2018, v.4, n.2, p.125. CIDREIRA-NETO, I.R.G.; RODRIGUES, G.G.; CANDEIA, A.L.B.; Pesca artesanal: Identidade e representatividade da mulher pescadora. **Cadernos de gênero e tecnologia**, 2020, v.13, n.42, p.62-76.

FERNANDES, F. M. B. Considerações metodológicas sobre a técnica da observação participante. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, p. 262-274, 2011.

FERNANDEZ, J. I. **A política nacional de desenvolvimento sustentável da aquicultura e seus impactos sobre a pesca artesanal no estado de Pernambuco**. Dissertação (mestrado em Sociologia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, P. 119.2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14026>.

GRUBESIC, T. H.; NELSON, J. R.; WEI, R. A strategic planning approach for protecting environmentally sensitive coastlines from oil spills: allocating responses resources on a limited budget. **Marine policy**, 2019, v. 108.

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Localidades afetadas**. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/manchasdeoleo>.

INTERVOZES, Coletivo Brasil de comunicação social. **Vozes Silenciadas - a Cobertura Do Vazamento de**

Petróleo Na Costa Brasileira, Justiça socioambiental e mídia, UFPE, 2020. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas-petroleo/>

INTERVOZES, Coletivo Brasil de comunicação social. **Vozes Silenciadas – a cobertura da mídia sobre o movimento dos trabalhadores rurais sem terra durante a comissão parlamentar mista de inquérito**, 2011. Disponível em: <https://www.intervozes.org.br/arquivos/interlivoo3vozmst.pdf>.

INTOXICAÇÃO atinge 89 moradores. **Diário de Pernambuco impresso**, 29 novembro 2019. Caderno local. Disponível em: <http://www.impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/vidaurbana/2019/11/intoxicacao-atinge-89-moradores.html>. Acesso em: 30 de set. 2020.

LIRA, L.; PEDROSA, B.M.J.; SOUZA, M.M.C.S.; LEITE, C.A.L.; LEITE, A.P.A.; FARIAS, A.M.F.; GALVÃO, C. Diagnóstico socioeconômico da pesca artesanal do litoral de Pernambuco. **Instituto Oceanário de Pernambuco**, v.1, p.120, 2010. LESSA, R. P.; VIEIRA, A.C.S.; MONTEIRO, A.; SANTOS, J.S.; LIMA, M.M.; CUNHA, E.J.; SOUZA JUNIOR, J.C.A.; BEZERRA, S.; TRAVASSOS, P.E.P.; OLIVEIRA, B.A.B.R. Diagnóstico da pesca no litoral do estado de Pernambuco in A pesca marinha e estuarina no Brasil no início do século XXI: recursos, tecnologias, aspectos socioeconômicos e institucionais. **Revista Atlântica**, Rio Grande, 2005. LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

MAGALHÃES, K. M.; BARROS, K. V. S.; LIMA, M.C.S; ROCHA-BARREIRA, C. A.; FILHO, J. S. R.; SOARES, M. O. Oil spill + COVID-19: A disastrous year for Brazilian seagrass conservation. **Science of the total environment**, 2020, v. 764, n. 142872, p.1-6.

MAGRIS, R. A.; GIARRIZZO, T. Mysterious oil spill in the Atlantic Ocean threatens marine biodiversity and local people in Brazil. **Marine Pollution Bulletin**, 2020, 153: 110961.

MARIN-LEON, L. . Bens de consumo e insegurança alimentar: diferenças de gênero, cor de pele autorreferida e condição socioeconômica. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, 2011, v. 14, n. 3, p. 398-410.

NOTA PÚBLICA DO CPP. Sobre o Programa Renda Brasil e os Impactos aos Pescadores e Pescadoras Artesanais, 2020. Disponível em: <http://cppnacional.org.br/publicacao/nota-p%C3%BAblica-do-cpp-sobre-o-programa-r-enda-brasil-e-os-impactos-aos-pescadores-e>. Acesso:02 nov. 2020.

PENA, P.G.L.; NORTHCROSS, A.L.; LIMA, M.A.G. de; RÊGO, R. de C.F. Derramamento de óleo bruto na costa brasileira em 2019: emergência em saúde pública em questão. **Cadernos de Saúde Pública**, 2020, v.36, n.2, p. 6.

PEDROSA, B. M. L.; LUIZ, L. I. R. A.; SANTIAGO, A. L. Pescadores urbanos da zona costeira do estado de Pernambuco, Brasil. **Boletim do Instituto de Pesca**, 2018, v.39, n.2, p.93-106.

PHILLIPS, D. **Brazilians rally to clean beaches amid outrage at Bolsonaro's oil spill inaction**. The Guardian, 2019; Disponível em: www.theguardian.com/world/2019/oct/22/brazil-oil-spill-beaches-bolsonaro-volunteer s. Acesso: 22 out. 2020.

PROAÑO DE FOX, V. P.; EFKEN, K. H. O discurso de resistência do movimento de pescadores e pescadoras artesanais do Brasil. **Policromias – revista de estudos do discurso, imagem e som**, 2019, v. 4, n. 2, p. 237.

REIS-FILHO, J.; QUINTO, D. A. Covid-19, afastamento social, pesca artesanal e segurança alimentar: Como esses temas estão relacionados e quão importante é a soberania dos trabalhadores da pesca diante do cenário distópico. **SciELO - Scientific Electronic Library Online**, Salvador, 2020.

RAMALHO, C. W. N. Os possíveis impactos dos vazamentos de óleo nas comunidades pesqueiras artesanais em Pernambuco: um breve e provisório balanço. Recife: **Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios (NUHUMAR)** – PPGS/UFPE, 2019. p. 01-05.

RAMALHO, C. W. N. **Embarcações do encantamento: trabalho sinônimo de arte, estética e liberdade na pesca marítima**. Campinas, Ceres-Unicamp; São Cristóvão, Edufs 2017;

RAMALHO, C. W. N. A situação do comércio de pescados em algumas localidades pernambucanas: reflexões preliminares após os vazamentos do petróleo. Recife: **Núcleo de Estudos Humanidades, Mares e Rios**

(NUHUMAR)- DS/PPGS/UFPE, 2019. p. 01-05.

SOARES, M. de O.; TEIXEIRA, C.E.P.; BEZERRA, L.E.A.; PAIVA, S.V.; TAVARES, T.C.L.; GARCIA, T.M. de.; ARAÚJO, J.T.; CAMPOS, C.C.; FERREIRA, S.M.C., MATTHEWS, H.; et al. Oil spill in South Atlantic (Brazil): Environmental and governmental disaster. **Marine Policy**, 2020, v.115.